

Tesouro se transforma em “banco” paralelo

» DECO BANCILLON

Sob o comando do secretário Arno Augustin, o Tesouro Nacional se transformou num monstro cujos tentáculos avançam sobre quase tudo na economia. Inchaço e com poderes nunca vistos na história republicana, o órgão tornou-se, na prática, uma das maiores instituições financeiras do país, com “negócios” que somam mais de meio trilhão de reais, entre ativos em bancos oficiais e repasses de dinheiro público com juros camaradas a setores econômicos escolhidos a dedo. Apenas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recebeu R\$ 410,8 bilhões desde 2008, segundo levantamento preparado para o *Correio* pelo especialista em finanças públicas Felipe Salto, da consultoria Tendências.

Para que o governo conseguisse colocar em prática uma política de forte expansão do crédito, além de bancar generosos benefícios tributários, o Tesouro assumiu dívidas bilionárias, lançando no mercado títulos públicos que pagam aos investidores rendimentos no mínimo iguais à taxa Selic, hoje em 11% ao ano. Apenas a desoneração da cesta básica custou R\$ 9,3 bilhões aos cofres públicos. Gasto ainda maior foi assumido com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um fundo usado para cobrir as perdas que as distribuidoras de eletricidade tiveram em consequência da tentativa atabalhoadas do governo de baixar a fórceps as contas de luz. Só essa despesa é calculada em R\$ 13 bilhões.

O plano de reduzir as tarifas, contudo, foi atropelado pela falta de investimentos no setor e pela escassez de chuvas, que acabaram estrangulando o caixa das distribuidoras de eletricidade, obrigadas a comprar grande quantidade de energia de termelétricas ou recorrer ao mercado livre, a custos bem mais elevados. A renovação forçada dos contratos de concessão criou um problema tão grande que nem os aportes à CDE foram suficientes para reequilibrar o setor. A saída, idealizada por Augustin, foi conseguir empréstimos de R\$ 11,2 bilhões com bancos privados, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O problema é que essas operações tiveram como fiador o Tesouro Nacional. Se os financiamentos não forem pagos, a fatura ficará com o contribuinte.

Impacto

Com isso, o custo direto do Tesouro para baratear as contas de luz já chega a R\$ 20,5 bilhões. Um dinheiro que acabará jogado fora, diz o economista Raul Velloso, ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento. “Se a ideia era evitar pesos reajustes nas tarifas, o resultado foi o inverso, porque o preço vai subir”, resumiu. Só este ano, segundo o Banco Central (BC), o custo médio da eletricidade deverá aumentar 16,4%. Em alguns estados, o impacto chegará a 30%, conforme correções já aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Mas, se existe uma área onde o protagonismo do Tesouro se destaca é o setor financeiro. Em dezembro de 2007, a participação dos bancos públicos no mercado de crédito somava R\$ 319,1 bilhões — metade do volume disponibilizado pelas instituições privadas, de R\$ 625,1 bilhões. Em 15 de setembro de 2008 tudo mudou. A quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, nos Estados Unidos, provocou pânico no mercado global e secou as fontes de recursos de instituições financeiras em todo o mundo.

Para que não faltasse crédito no Brasil, o Tesouro iniciou uma política agressiva de repasses de dinheiro às instituições oficiais. Desde então, a participação dos bancos públicos no crédito concedido pelo sistema financeiro cresceu 370,4%, três vezes mais do que a dos privados, que experimentaram alta de 113,7%. Em julho último, o saldo dos empréstimos dos bancos do governo chegou a R\$ 1,5 trilhão, contra R\$ 1,3 trilhão dos concorrentes particulares.

Custo alto

A maior parte desse movimento pode observado na evolução da carteira de crédito do BNDES. No fim de 2007, o saldo das operações do banco com pessoas jurídicas somava R\$ 77,8 bilhões. Em apenas dois anos, o montante mais do que dobrou, alcançando R\$ 158,1 bilhões. E continuou crescendo, à medida que aumentavam os repasses do governo.

Em 2009, o Tesouro injetou R\$ 100 bilhões no banco de fomento. No ano seguinte, foram mais R\$ 80 bilhões. Em 2011 e em 2012 ocorreram novos repasses, de R\$ 55 bilhões e R\$ 45 bilhões, respectivamente. Em 2013, foi liberada uma nova parcela, de R\$ 39 bilhões e, neste ano, apenas até julho, já foram transferidos outros R\$ 30 bilhões. Ao todo, foram 410,8 bilhões. Não surpreende, assim, que as operações do BNDES com pessoas jurídicas tenham somado R\$ 297,3 bilhões em julho deste ano, o maior valor já registrado pela instituição.

Há dois grandes problemas nessas operações. Primeiro, elas têm um custo bastante elevado para o contribuinte, uma vez que o Tesouro paga juros de mercado ao captar recursos por meio de títulos públicos e os repassa ao BNDES com taxas subsidiadas. A segunda questão é que a estratégia não teve o resultado esperado.

“Desde que o governo começou a injetar dinheiro no BNDES, o investimento como proporção ao Produto Interno Bruto (PIB) só cai no Brasil”, observou Felipe Salto. Quando explodiu a crise financeira global, a taxa que mede o percentual aplicado em projetos produtivos, chamada de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) era de 19,2% do PIB. “Neste ano, com muita boa vontade, ela chegará a 17% do PIB”, calculou o especialista. “Foram gastos

mais de R\$ 100 bilhões para manter a economia, mas não conseguiram evitar a recessão. O resultado é que o PIB cresceu 0,1% no ano passado, o menor resultado da história do Brasil”, ressaltou.

GRANDE DEMAIS

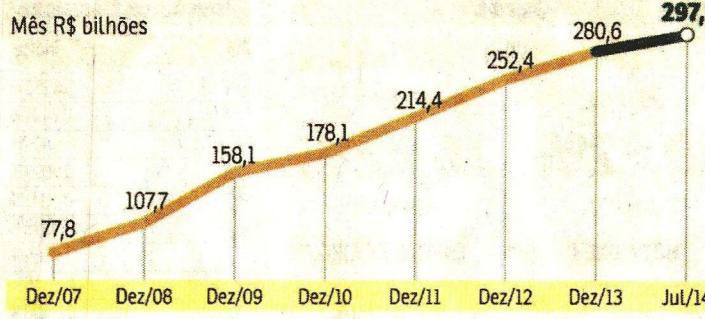
Tesouro Nacional avançou sobre a economia, tomando lugar de bancos privados

Operações diretas	R\$ bilhões	% do PIB
Empréstimos ao BNDES desde 2008	410,8	7,94
Subsídios e equalização de juros	35,0	0,68
Desoneração da cesta básica	9,3	0,18
Despesas para a redução da Cide	12,7	0,24
Conta de Desenvolvimento Energético	13,0	0,25
Outras desonerações tributárias	78,9	1,53
Total	559,7	10,8

“Me dá um dinheiro aí”

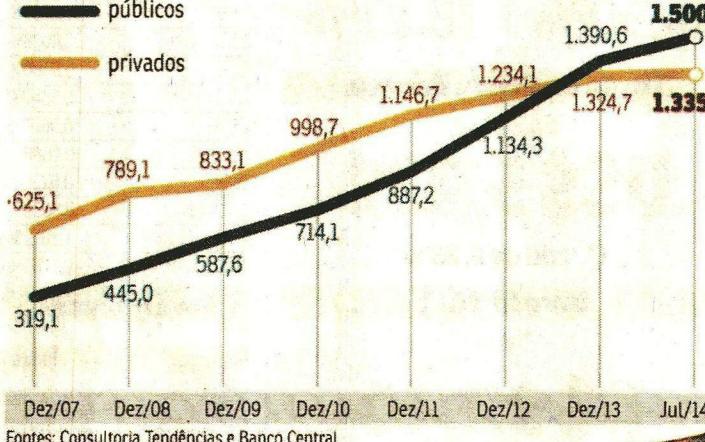
Evolução da carteira de crédito do BNDES desde que Tesouro ampliou repasses

Saldo das operações com pessoas jurídicas



Ritmo acelerado

Carteira de crédito dos bancos públicos cresceu três vezes mais que a dos privados (Em R\$ bilhões)



Fonte: Consultoria Tendências e Banco Central

Danilson Carvalho/CB/D.A. Press

bilhões que não deram em nada.”

Não é sem razão que a maioria dos economistas defende o fim dessa política. E a cobrança não vem apenas do setor privado, mas também de dentro do governo. A interlocutora, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, tem afirmado que só será possível obter uma taxa de inflação menor se o Tesouro reduzir o grau de interferência no mercado. As operações com o

BNDES, por exemplo, têm pressionado as contas fiscais, e, como funciona como um combustível para o custo de vida, o gasto público em excesso prejudica o já difícil trabalho de trazer o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para a meta de 4,5%, algo que não acontece desde 2009.

Para técnicos do BC, o Tesouro Nacional não pode continuar sendo “o maior banco comercial do país”. A crítica é endossada por

economistas do mercado financeiro, para os quais o baixo crescimento é a maior prova de que a estratégia de “Estado máximo” não deu certo. “A política fiscal deve ser antecíclica, mas, ao mesmo tempo, precisa garantir a sustentabilidade da dívida pública”, ressaltou o economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges. “Ela, de fato, teve essa postura antecíclica em 2009 e 2011, mas não nos anos seguintes”, assinalou.

O Tesouro é criticado ainda pela falta de transparência. “Ter um governo grande não é, em si, um problema. Mais preocupante ainda é que a maior parte das operações em curso não são explícitas de forma que a sociedade possa acompanhar e avaliar se os recursos públicos foram ou não bem aplicados”, disse Salto. “Temos um estado forte, transparente e que dê resultados”, afirmou.